



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUARTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 2013

AÇÕES NA JUSTIÇA

MPE diz que só pede serviços disponíveis

A promotora de Justiça Euza Missano disse ontem que as tratativas entre as titulares das secretarias estadual e municipal de saúde – Joélia Ramos e Goretti Reis, respectivamente – com o Ministério Público Estadual (MPE) disponibilizando medicamentos e tratamentos através do Sistema Único de Saúde (SUS) para diversos pacientes têm ocorrido, mas que as ações judiciais também têm sido feitas para garantir o acesso dos serviços à população. Entre 2011 e 2012, o MP ajuizou mais de 1.172 ações judiciais por conta de reclamações de falta de medicamentos por parte dos pacientes.

Esta semana, durante um balanço do I Seminário de Judicialização no SUS, promovido pela município de Aracaju, mostrou que no Estado, em 2010, foram feitas 160 ações judiciais, mas em 2011 esse número subiu para 318 e, em 2012, 570. A promotora Euza Missano disse que, em virtude do entendimento, em alguns casos não há judicialização. Ela explica que o MP não pediu nada que estivesse fora da padronização do Sistema Único de Saúde (SUS).

Mas o setor de saúde continua enfrentando problemas. Em alguns casos, mesmo quando a Justiça concede uma liminar para que as secretarias repassem determinado medicamento ou tratamento, nem sempre isso é cumprido. “Há, realmente, uma dificuldade muito grande quanto ao cumprimento de liminares”, admite Euza Missano. Em outros casos, o cumprimento da liminar é imediato.

Um levantamento, até junho deste ano, feito pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) mostrou que as judicializações se referem a medicamentos (469); pedidos de relatórios (364); exames (178 ações) e cirurgias, com 144 ações. Na esfera estadual, das ações individuais de 2010, 274 são de medicamentos e 296 de procedimentos, cirurgia e consultas.

Durante o seminário, o prefeito de Aracaju, João Alves Filho (DEM), admitiu que “o grande prejudicado é, claro, o cidadão, e, ao entrar com o pedido no MPE, ele está exercendo um direito da democracia. Naturalmente, nem o MPE está agindo de má fé nem o poder judiciário, no entanto a equação financeira não existe. Nós não temos como arcar com tudo. E isso é culpa exclusivamente do SUS, porque o SUS, ao invés de se preocupar com o investimento no custeio, só quer investir em construção de hospitais”.